



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO–LINGUAGEM E CÓDIGOS**

ALESANDRO DOS SANTOS PESSOA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
EMEIEF JARDIM DO OURO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA**

**PLACAS-PA
2019**

ALESANDRO DOS SANTOS PESSOA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
EMEIEF JARDIM DO OURO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo, com ênfase em Linguagens e Códigos, da Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Pires Dias

**PLACAS-PA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P475i Pessoa, Alesandro dos Santos
A Inclusão de alunos surdos no 6º ano do Ensino Fundamental
na EMEIEF Jardim do Ouro / Alesandro dos Santos Pessoa. —
2019.
34 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Pires Dias
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade
Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Surdez. I. Título.

CDD 370

ALESANDRO DOS SANTOS PESSOA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
EMEIEF JARDIM DO OURO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo, com ênfase em Linguagens e Códigos, da Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Placas, PA, 17 de junho de 2019

Prof. Dr. Marcelo Pires Dias (Presidente)

Universidade Federal do Pará

(membro)

(membro)

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha mãe Antonia Pessoa (in memória) por ser minha maior inspiração e por ter me incentivado a não desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus por ter me dado a vida e força e proteção para seguir firme nessa caminhada em busca de meus objetivos. Agradeço a minha esposa por ser minha força e apoio durante esses longos anos do curso. Agradeço aos meus familiares que me apoiaram incondicionalmente durante esse trajeto e me acolheram durante todo o curso. Agradeço também aos professores que foram bons profissionais e amigos durante a nossa jornada acadêmica. Aos colegas do curso por tudo que passamos juntos e superamos até aqui.

“Se andarmos apenas por caminhos já traçados,
chegaremos apenas aonde os outros chegaram”
Alexander Graham Bell

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EMEIEF JARDIM DO OURO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA

Alessandro dos Santos Pessoa¹

RESUMO

O presente trabalho intitulado “O processo de inclusão de alunos surdos no 6º ano do ensino fundamental de uma escola do município de Itaituba – Pará” tem como objetivo analisar de que forma ocorre o processo de inclusão dos alunos surdos na série em foco. Buscamos compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino regular e pelo professor especializado que acompanhou os alunos surdos na sala comum (cuidador); identificar as metodologias aplicadas pelos professores; investigar as formas que contemplam a instrução bilíngue na sala comum/regular, mesmo que os professores não tenham formação específica para o domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido pelos mesmos. A metodologia do trabalho envolveu uma pesquisa de cunho qualitativo com uma base descritiva. Os instrumentos de coleta de dados envolveram questionários que foram aplicados aos professores: uma professora da sala comum, um professor de educação física e uma professora cuidadora. O trabalho envolveu levantamento bibliográfico e pesquisa de campo para confronto da teoria e prática. A análise da legislação vigente sobre inclusão foi de fundamental importância e envolveu vários autores da área: Bisbo (2016), Brasil (1996), Dessen (1997), Lacerda (1996), Lopes (2013), Lima (2006), Liberato (2010), além de outros autores que contribuíram diretamente com o tema em questão.

Palavras-chave: Surdez. Ensino. Inclusão. Bilinguismo.

¹ Alessandro dos Santos Pessoa concluindo Licenciatura Plena em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pará - UFPA

ABSTRACT

The present work entitled "The process of inclusion of deaf students in the 6th year of primary education in a school in the municipality of Itaituba - Pará" aims to analyze how the process of inclusion of deaf students in the series in focus occurs. We seek to understand the difficulties faced by regular teachers and specialized teachers who accompany deaf students in the common room (caretaker); identify the methodologies applied by teachers; to investigate the forms that contemplate bilingual instruction in the common / regular room, even if the teachers do not have specific training for the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and know the pedagogical work developed by them. The methodology of the work involved qualitative research with a descriptive basis. The data collection instruments involved questionnaires that were applied to the teachers: a common room teacher, a physical education teacher and a teacher carer. The work involved a bibliographical survey and field research to confront theory and practice. The analysis of current legislation on inclusion was of fundamental importance and involved several authors in the area: Bisbo (2016), Brazil (1996), Dessen (1997), Lacerda (1996), Lopes (2013), Lima 2010), in addition to other authors who contributed directly to the theme in question. The results will be analyzed and treated.

Keywords: Deafness. Teaching. Inclusion. Bilingualism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SURDO	11
2.1 BREVE RELATO	11
2.2 CARACTERÍSTICAS DA SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO ..	12
2.3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	15
2.4. O QUE É LIBRAS?	15
3 INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS.....	16
3.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PERSPECTIVA BILÍNGUE	17
3.2 A INTERAÇÃO ENTRE OS PROFESSORES, ALUNOS OUVINTES E OS ALUNOS SURDOS	18
4 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EMEIEF JARDIM DO OURO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PÁ.....	20
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....	21
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA	21
5.1 PERFIL DOS PROFESSORES PESQUISADOS.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira seção é a introdução, que faz uma abordagem geral sobre o trabalho em estudo, seus capítulos, fundamentação teórica e sobre a pesquisa de campo com seus resultados.

A segunda seção aborda a base teórica sobre a contextualização histórica dos surdos, a Língua Brasileira de Sinais e as implicações no ensino. Na terceira seção abre-se a discussão teórica sobre inclusão e educação bilíngue. Já a quarta seção ressalta a interação entre os professores, alunos ouvintes e alunos surdos. Na quinta seção estão os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do trabalho, a caracterização da escola pesquisada, análise e interpretação dos dados com o propósito de visualizar como ocorre o processo de inclusão na escola em foco.

O Brasil é um país democrático, uma das maiores democracias do mundo, que tem por definição a pluralidade dos costumes, o convívio social e a interlocução na diversidade. Neste sentido, a educação é um direito universal, pois demanda a ideia de que existe oportunidade para todos. Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, (LDB, nº 9394/1996), “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, considerando a lei é compreensível entender que ela estabelece um sistema de ensino que deva assegurar os direitos de acesso à escola.

Percebe-se diante disso que esse pode ser um processo lento, pois a grande maioria dos profissionais não está preparada para atender os alunos com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Logo, os alunos com surdez sofrem as consequências de um processo de inclusão escolar que não trabalha de forma efetiva a diversidade e singularidade de cada sujeito.

Diante dessa realidade é necessário e urgente que os sistemas de ensino se organizem, assegurando as matrículas e também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e qualidade de ensino que são essenciais no processo de ensino e aprendizagem. Percebe-se que para disseminar a política na construção de sistemas educacionais inclusivos é preciso apoiar o processo de implantação em todos os estados e municípios brasileiros.

Assim sendo, o presente artigo tem o objetivo de analisar de que forma ocorre o processo de inclusão dos alunos surdos no 6º ano do ensino fundamental da Escola Jardim do Ouro. Também buscamos caracterizar as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino regular e do ensino especializado que acompanham os alunos surdos na sala comum (cuidador), no que tange ao processo de ensino e aprendizagem, identificar as metodologias

aplicadas pelos professores, investigar as formas que contemplam a instrução bilíngue na sala comum/regular, mesmo que os professores não tenham formação específica para o domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Este trabalho apresenta algumas considerações e discussões que são oportunas dentro desse contexto, a fim de conhecer os processos de inclusão de alunos surdos em termos de ambiente e aprendizagem, no contexto de sala no qual os sujeitos (professores e alunos) são na maioria das vezes ouvintes.

A pesquisa se dá pelo fato de tentar compreender as dificuldades que os alunos surdos encontram no ambiente escolar, levando em consideração o processo de ensino e aprendizagem.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SURDO

2.1 BREVE RELATO

O processo educacional na atual conjuntura se pauta em paradigmas onde todos os alunos têm direito a escolarização. Para que isso ocorra é preciso uma mudança de padrões estabelecidos de forma que seja contemplado cada aluno envolvido independente de ser considerado “normal ou especial” e que tenha possibilidade de aprender em igualdade, respeitando a diversidade.

Quando se recorre à história para caracterizar a educação especial e em específico do surdo, há um caminho traçado de extermínio, exclusão, integração e inclusão, mas que ao longo do tempo foram se modificando dando lugar a um novo processo social.

As pessoas com surdez eram tratadas com menosprezo na antiguidade e consequentemente eram em muitos casos mortas. O surdo era considerado não educável, um “imbecil”. Em algumas culturas era considerado um indivíduo possuído por demônios. Diziam ainda que sem a fala era impossível desenvolver o pensamento. Tal afirmação foi defendida por Aristóteles que teoricamente dizia que a linguagem era condição fundamental para que o indivíduo fosse considerado um ser humano. (STROBEL, 2009).

O tratamento que os surdos tinham na antiguidade eram os piores que se pode imaginar. De acordo com Silva, (2009, p. 01):

Na antiguidade, os Gregos viam os surdos como animais, pois para eles o pensamento se dava mediante a fala. Sem a audição os surdos na época ficavam fora dos ensinamentos e com isso, não adquiriam o conhecimento. Os Romanos privavam os surdos de direitos legais, eles não se casavam, não herdavam os bens da família e diante da religião, a igreja católica considerava os surdos sem salvação, ou seja, não iriam para o reino de Deus após a morte. Pode-se dizer que a condição do sujeito surdo era a mais miserável de todas, pois a sociedade os considerava como imbecis, anormais, incompetentes. (SILVA, 2009, p. 01).

Conforme a declaração do autor fica evidente que na Grécia o tratamento com os surdos era comparado ao dado aos animais. Entre os hebreus predominava a visão bíblica de que a deficiência era sinal de impureza e de representação do pecado. Os relatos são assustadores, com caráter de perversidade, de condenação, de agouro, de inutilidade, era nítida a condição de vitimização, às quais as pessoas com deficiência sempre eram submetidas. (STROBEL, 2009).

Ainda entre os gregos e romanos os surdos não tinham direitos legais por não saberem falar/oralizar, assim precisariam de um curador para verificar sua condição de ser humano que muitas vezes eram confundidos como deficientes mentais. Não tinham direito a testamentos, nem de frequentar os mesmos lugares que os ouvintes e até o século XII, os surdos eram privados do casamento. (STROBEL, 2009).

No período da Idade Média e Moderna foi difundido pela igreja católica que o surdo não tinha alma. O conceito de deficiência ficou ligado ao misticismo, ocultismo e a religiosidade. Os pais e outros parentes sentiam-se envergonhados com os filhos deficientes e os escondiam para não sofrerem discriminação. Não havia base científica para o desenvolvimento de noções realistas. (STROBEL, 2009).

2.2 CARACTERÍSTICAS DA SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO

Em todas as sociedades são visíveis e presentes pessoas que apresentam limitações físicas e psicológicas, sendo que essas pessoas devem ser tratadas com o devido respeito e precisam estar inseridas dentro das escolas para ampliar suas relações pessoais e interpessoais. Nesse sentido, entre tantas pessoas com essas necessidades temos as pessoas com surdez.

Considerados e classificados nessas categorias, os surdos são pessoas que apresentam perdas em quantidade maior ou menor da percepção dos sons, ou seja, não conseguem ouvir com perfeição. Existem vários tipos de surdez, dependendo do grau de perda da audição.

De acordo com Lima (2006, p. 93):

O qual pode ser definido como perda média em decibéis, na zona conversacional (frequência de 500 – 1000 – 2000 hertz) para o melhor nível de audição. Pela área da saúde e, tradicionalmente, pela área educacional, o indivíduo com surdez pode ser considerado: $\frac{3}{4}$ parcialmente surdo.

Considerando as palavras do autor, fica claro que todas as pessoas que se enquadram nesse perfil, automaticamente ficam com limitação desafiadora no ambiente escolar. É evidente que uma pessoa que possui perda auditiva fica limitada e seu processo de ensino e aprendizagem torna-se complexo, o que requer, logicamente, a criação de métodos específicos para esse público.

Cientificamente falando existem quatro tipos de surdez que vão desde a perda significativa da audição até chegar à surdez profunda. A pessoa com surdez leve é o indivíduo que apresenta perda auditiva de até 40 decibéis.

De acordo com Bisbo, (2016, p. 05)

Pode se considerar dois tipos diferentes dessa deficiência de sentido, parcialmente surdos àqueles que possuem mesmo com deficiência a audição funcional e surdo àquele que a audição não é funcional na vida comum.

Conforme afirma o autor, a perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. De forma geral, esses indivíduos são considerados desatentos por algumas pessoas, solicitando frequentemente a repetição daquilo que lhe falam.

A pessoa com surdez moderada é o indivíduo que apresenta perda auditiva entre 40 e 70 decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. Uma das características dessa surdez moderada é o frequente atraso na linguagem.

Portador de Surdez Moderada - Perda auditiva de 41 a 55 dB, é necessária uma voz de certa intensidade para que seja percebida, ao telefone não escuta com clareza, trocando muitas vezes a palavra ouvida por outra foneticamente semelhante (pato/rato). Nesse caso é frequente o atraso da linguagem. (LIBERATO, 2010, p. 03).

Percebe-se nas palavras do autor que é frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas no âmbito linguístico. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

Pode ser considerado com surdez severa o indivíduo que apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral.

A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações

A pessoa com surdez profunda apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis. A gravidade dessa perda é tal que a priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-a de adquirir a língua oral.

As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica quanto à identificação simbólica da linguagem. Fica compreensível nesse sentido que tampouco adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela e, não tendo retorno auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões.

Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual, e poderá ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais. Atualmente, alguns surdos e pesquisadores atribuem o termo “surdo” ao indivíduo que percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda.

Em princípio, a língua materna é uma língua adquirida naturalmente pelos indivíduos em seu contexto familiar. Imersa no ambiente linguístico, qualquer criança ouvinte chega à escola falando sua língua materna, cabendo à escola apenas a sistematização do conhecimento. Como a maioria das crianças surdas não têm imersão linguística idêntica à dos ouvintes em suas famílias, a escola passa a assumir a função também de oferecer condições para aquisição da língua de sinais e para o aprendizado da língua portuguesa. De acordo com Gorski, (2010, p. 50) “[...] o desenvolvimento das competências se dá por meio da prática e do exercício, e na escola, o professor que ensina língua materna deve (ou pelo menos deveria) propiciar meios de os alunos desenvolverem as competências linguísticas”.

Assim, as alternativas de atendimento para os alunos com surdez estão intimamente relacionadas às condições individuais do educando e às escolhas da família. O grau e o tipo da perda auditiva, a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a sua educação são fatores que irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento a ser desenvolvido com o aluno, e em relação aos resultados.

A língua brasileira de sinais – LIBRAS, nesse sentido, tornou-se um método para incluir esse aluno com essas limitações para que o mesmo aprenda o português e demais áreas do conhecimento contempladas pelo currículo escolar, de modo que, quanto maior for a perda auditiva, maior será o tempo que o aluno precisará receber atendimento especializado para o aprendizado da língua portuguesa.

2.3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

As línguas de sinais são as línguas naturais das comunidades surdas. Elas são denominadas línguas de modalidade gestual visual, pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos.

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS define a Língua Brasileira de Sinais–LIBRAS como a língua materna dos surdos brasileiros e pode ser

aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com esta comunidade. Como se trata de uma língua, possui todos os elementos classificatórios identificáveis numa língua materna, refere-se aos surdos que nascem em famílias de surdos, onde a língua comum é a Libras. Já para surdos que nascem em famílias ouvintes onde não há comunicação em Libras entendemos como Língua natural.

Trata-se de uma língua que exige prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua é viva e autônoma do ponto de vista linguístico. Segundo Santos *apud*, Sánchez (1990, p.17) a comunicação humana “é essencialmente diferente e superior a toda outra forma de comunicação conhecida. Todos os seres humanos nascem com mecanismos da linguagem específicos da espécie, e todos os desenvolvem normalmente, independentes de qualquer fator racial, social ou cultural”.

Da mesma forma que as línguas orais auditivas não são iguais, elas têm características que as diferenciam de um lugar para outro, assim como a língua de sinais, que pode apresentar variação.

2.4. O QUE É LIBRAS?

LIBRAS é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, língua natural essa usada pelas comunidades surdas do Brasil. Em 2002 essa língua foi oficializada em nosso país através da Lei 10.436 (legislação esta que trataremos melhor na próxima seção). Sendo assim, nosso país deixa de ser monolíngue e passa a ser um país bilíngue, ou seja, um país que possui duas línguas oficiais legalmente reconhecidas. Vale ressaltar também que essa conquista é fruto da organização política da comunidade surda brasileira, haja vista que outras minorias linguísticas, como as indígenas, por exemplo, lutam pelo reconhecimento linguístico de suas línguas nativas, mas, infelizmente, ainda não obtiveram êxito total nessa luta.

A LIBRAS, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual, como explicado anteriormente, porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados pela boca e que são percebidos pelos ouvidos.

Mundialmente, as comunidades surdas criaram a sua própria língua de sinais, ou incorporaram aspectos de outras Línguas de Sinais. Parte do vocabulário da LIBRAS atual deriva da Língua de Sinais Francesa – LSF. Esta se combinou com a forma nativa que já era usada no Brasil e tornou-se a atual LIBRAS.

3 INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

A inclusão do aluno surdo vai muito além de matriculá-lo na escola, pois sabemos que, a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno surdo tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. E desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino. De acordo com Padilha (2006, p.18):

Para que as práticas educativas possibilitem inserção sociocultural dos alunos, é necessário ter uma visão crítica do mundo; saber-se capaz de entender que a história não acabou e ninguém deve fazer, por nós a nossa história. Que concepção de homem de mundo de história, de escola, de aprendizagem, de desenvolvimento, de deficiência temos nós? Que escola queremos? Que inserção queremos? Que exclusão queremos? Que exclusão não queremos? Por quê?

O autor afirma que o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, a constituição garante aos mesmos direito educacionais. No entanto, sabemos também que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema.

Embora hoje exista um pouco mais de visibilidade por conta da lei, a Língua de Sinais ainda é utilizada como ferramenta para alcançar o entendimento da língua portuguesa, nesse sentido as crianças surdas necessitam de uma modalidade linguística que atenda as suas necessidades, o que significa ter acesso a Libras, portanto, é importante que o surdo aprenda a língua de sinais, como primeira língua e, em seguida adquira o aprendizado do português, sendo a sua segunda língua.

Dito isso, fica claro que os surdos podem ser considerados bilíngues se dominarem as duas línguas brasileiras. E com isso, muito ainda precisa ser pensado, estudado e planejado para que o aluno incluído possa realmente se beneficiar desses novos ambientes de aprendizagem, construir saberes e, tornar-se protagonista da própria história. Ao tratar da escola inclusiva, Franco, (1999, p. 216) diz que:

A escola inclusiva é entendida como um espaço de consenso, de tolerância para com os diferentes. A experiência escolar cotidiana, ao lado dos colegas normais seria, assim, vista como elemento integrador. É como se para esses alunos fosse mais importante a convivência com os colegas normais do que a própria aquisição do conhecimento mínimo necessário para a sua, aí sim, possibilidade de inserção social.

Percebe-se nas palavras do autor que a educação bilíngue deve ser promovida de modo

a criar caminhos que alfabetize e ensine a criança surda de forma conveniente. Esse método pode dar as condições necessárias para a criança avançar em seus conhecimentos, logo, o mesmo entenderá com precisão as ideias ensinadas.

Portanto, durante todo esse processo é muito importante que haja muita compreensão por parte de todos os agentes envolvidos, pois, a inclusão só ocorre quando há cooperação por duas partes, tanto por parte dos colegas de sala, dos professores e o desejo de participação do aluno que se enquadra nesse perfil.

3.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PERSPECTIVA BILÍNGUE

Um dos passos fundamentais para a inclusão na educação brasileira foi criar leis e métodos voltados para as pessoas surdas, deficientes visuais e outras pessoas com limitações físicas e psicológicas. No atual contexto da educação brasileira, a discussão sobre o processo de inclusão e o bilinguismo dos surdos ainda tem um grande significado e esse processo ainda pode passar por grandes avanços.

Independentemente do contexto de cada Estado, a educação bilíngue depende da presença de professores devidamente capacitados. Assim, pensar em ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua e o professor que assume esta tarefa estará imbuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais.

Na década de 1990, propostas que objetivavam a inclusão dos surdos no ensino regular passaram a ser reformuladas a partir de uma nova perspectiva: tais instituições deveriam reconhecer, respeitar e considerar as especificidades dos surdos na elaboração de suas propostas pedagógicas. (GUARINELLO *et al*, 2006, p. 4).

De acordo com o autor, a proposta de educação bilíngue buscar fazer com que o aluno surdo possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao do aluno ouvinte, com acesso às duas línguas. Essa proposta de ensino surge para dar um novo caminho na interpretação dos alunos.

Atualmente, o Bilinguismo é utilizado no Brasil como o método mais adequado para o desenvolvimento educacional dos Surdos no contexto “inclusivo”. Hoje há professores que desconhecem Libras e isso se dá porque o professor não é obrigado a dominar as Libras, outro ponto é que a escola de Ensino Fundamental não tem estrutura ou recursos humanos para garantir aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação e à informação, conforme preconiza a legislação.

De acordo com Lopes *et al*, (2013, 05) “Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes”. Nota-se nas palavras do autor que é necessário que essa forma de ensino seja significativa para o aluno surdo desde a base da vida escolar.

E para promover o bilinguismo dentro das escolas é preciso assumir a participação e interação nas duas línguas, garantindo o conhecimento de cada uma e refletindo sobre o lugar de cada uma no processo de ensino.

3.2 A INTERAÇÃO ENTRE OS PROFESSORES, ALUNOS OUVINTES E OS ALUNOS SURDOS

Um dos pontos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem está na relação entre professores e alunos. A interação entre esses indivíduos é essencial para a formação e construção de ideias, nessa perspectiva da educação inclusiva, todos crescem de forma considerável.

Os alunos em geral precisam de atenção para aprender, assim como o aluno surdo, pois ele precisa de uma atenção para compreender o que é repassado pelos professores. Nesse sentido a interação pode ser determinante nessa fase.

É importante considerar que, quando nos envolvemos em uma interação, seja ela escrita ou oral, isso ocorre em um determinado momento, a partir de um determinado espaço e com determinados interlocutores. Isso significa dizer que o uso da linguagem não ocorre em um vácuo social. Félix (2009, p. 02).

Percebe-se nas palavras do autor que a formação e a capacitação de professores visam o aperfeiçoamento da prática pedagógica em sala de aula, pois infelizmente, ainda há despreparo dos professores para lidar com os alunos surdos.

Sabendo que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. O desafio da escola como um todo e mais específico do professor consiste na capacidade de oferecer a cada aluno a resposta às suas necessidades educativas.

Assim em razão da defasagem auditiva os sujeitos surdos encaram dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos.

Outra questão a ser considerada é a pouca comunicação entre alunos ouvintes e surdos, assim como entre professores e alunos surdos, isso porque em um ambiente majoritariamente de alunos ouvintes o que se torna mais desafiador é a língua. Associado ainda ao preconceito

e a indiferença, fato que leva Siluk (2013, p. 82) a indagar que:

Partindo da problemática, os alunos da educação especial, principalmente os surdos, sentem dificuldades relacionais em sala de aula com seus pares. É necessário valorizar o educador frente à educação inclusiva e viabilizar a comunicação entre os sujeitos da educação de forma que eles se percebam como membros integrantes da sociedade escolar estimulando o desenvolvimento e sua produtividade.

O ouvinte se depara com o desconhecido mundo da surdez e por sua vez o surdo que entende que é apenas um entre muitos ouvintes. Portanto, é um grande desafio, fazer com que o processo de inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo. Pois a interação do aluno com surdez em classe regular é complexa. É preciso ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo.

4 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EMEIEF JARDIM DO OURO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A fim de compreender o tema aqui proposto tornaram-se necessários alguns passos que foram essenciais para a compreensão e descrição do tema em questão. Para isso partimos de um estudo do tipo descritivo e analítico, com abordagem qualitativa, sendo que esse estudo pretende adentrar no universo educativo voltado ao fazer educacional dos professores que trabalham com a inclusão de crianças surdas.

De acordo com Chizzotti, (2006, p.27) “[...] a pesquisa atual em ciências humanas e sociais segue duas orientações básicas a partir dos fundamentos e prática da pesquisa, com pressupostos teóricos, modos de abordar a realidade e meios de colher informações diferentes”. Nesse sentido, a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, deu-se no início do ano de 2019 com a elaboração do pré-projeto de pesquisa, ao abordar sobre essa problemática de inclusão em uma escola municipal de Itaituba - Pará. Fez-se necessário um processo de investigação com o objetivo de conhecer melhor o processo de inclusão dos alunos surdos no 6º ano do Ensino Fundamental, tendo em vista as reais dificuldades dessa clientela.

Essa pesquisa foi dividida em três pontos principais, sendo que o primeiro passo foi realizado um levantamento bibliográfico, para isso tomamos como base autores como: Bisbo (2016), Brasil (1996), Dessen (1997), Larcercda (1996), Lopes (2013), Lima (2006), Liberato (2010), além de outros autores que contribuíram diretamente com o tema em questão.

O segundo passo foi uma visita *in loco* na escola, que nesse caso é Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jardim do Ouro, local onde foi realizada a pesquisa para conhecer melhor o ambiente e realizar a aplicação dos questionários.

E por fim o terceiro passo foi aplicação do questionário com perguntas abertas e fechadas a cinco professores: A turma do 6º ano tem 25 alunos, sendo 23 ouvintes e 02 surdos.

O questionário foi composto por quatro perguntas abertas e fechadas, por entender, que esta fornece uma análise sobre a investigação, hábitos, atitudes e tendências

comportamentais dos profissionais que trabalham com o aluno surdo. Através do emprego de questionários tencionamos obter dados para construir explicações em termos de conceitos, comportamentos e práticas de como funciona o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

A pesquisa de campo nesta instituição foi realizada durante os dias 21 a 26 de março de 2019, no turno vespertino. Assim, a pesquisa proporcionou uma visão geral sobre o ambiente escolar, o perfil do profissional da educação e análise para saber se estes estão devidamente preparados para trabalhar com esse público de crianças surdas.

Nessa perspectiva o trabalho envolveu uma pesquisa básica de cunho qualitativo, com a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas aos professores envolvidos. Após a coleta, os dados foram analisados e tratados para subsidiar as discussões sobre o processo de inclusão escolar dos alunos surdos e para servir para futuras pesquisas na área da educação especial e inclusiva.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jardim do Ouro, localizada no município de Itaituba/PA, na Rodovia Transgarimpeira, Km 20, Comunidade Jardim do Ouro, foi inaugurada no dia 17 de março de 1987. É considerada uma escola de médio porte, composta por um diretor, uma secretária e professores formados que atuam em suas devidas áreas.

A escola tem o compromisso de proporcionar condições de igualdade e oportunidade para todos, de modo que o ideal educacional da formação integral seja efetivado em todas as ações realizadas pela escola. A instituição conta com um quadro de 12 profissionais, que atuam nos turnos matutino, vespertino e noturno, atendendo Educação Infantil (Maternal, Jardim I e Jardim II) e Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e (EJA) Educação de Jovens e Adultos, da 1ª a 4ª Etapa. Sua clientela é formada apenas por alunos oriundos da zona rural do município.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

5.1 PERFIL DOS PROFESSORES PESQUISADOS

Ser um educador não é uma tarefa fácil, pois exige além da formação específica na área de atuação, disposição e muito compromisso com a formação do educando, bem como, grande empenho em buscar estratégias eficientes que despertam no aluno a alegria e o gosto por estudar e adquirir conhecimentos.

Os atores sociais envolvidos nesta pesquisa são professores da Rede Municipal de ensino fundamental, com faixa etária de 28 a 45 anos de idade, e uma turma com 25 alunos de 6º ano do ensino fundamental, sendo dois alunos surdos, quatro professoras com formação e Licenciatura Plena em Pedagogia, uma professora com Licenciatura Plena em Educação Física e uma professora formada em Letras/Inglês, além de uma cuidadora com Nível Médio que trabalha há 06 meses e ajuda os alunos com as atividades realizadas em sala de aula, já que não há professores com capacitação em Libras. Esta profissional desenvolve certas habilidades adquiridas do convívio com pessoas surdas o que facilita a comunicação entre professor.

5.2 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO

Em relação ao aluno surdo e a necessidade educativa vale destacar ainda que a maioria dos professores não está preparada para lidar com estes alunos e nem mesmo lidar com diversos problemas provenientes desse processo educativo. Sendo de grande relevância considerar que a escola não possui programas que visam à interação entre os alunos e raras são as capacitações ministradas aos educadores ensinando a trabalhar, a socializar e a lidar com problemas de aprendizagem dos alunos surdos.

Desse modo, seguem as questões direcionadas aos profissionais que foram transcritas de acordo com a percepção situacional dos atores envolvidos.

A primeira pergunta feita foi se eles são a favor do modelo atual de inclusão.

Pergunta 01: Você é favor do modelo atual de inclusão? Assim responderam que:

Professor A: Sim, Porém um grande desafio, visto que não tenho formação na área.

Professor B: É desafiador trabalhar com esses alunos sem que tenha domínio da língua brasileira de sinais.

Professor C: Não, Por não me encontrar em uma situação bastante desafiadora.

Professor D: É desafiador, mas ainda precisa melhorar muito.

Professor E: Não concordo, pois ainda precisamos de políticas públicas de inclusão.

De acordo com a resposta dos entrevistados, observou-se que as atividades desenvolvidas tinham por finalidade incluir uma questão um pouco preocupante, pois os

professores, de forma unânime informaram que, se encontram diante de um desafio por não saber atender o aluno surdo.

Os professores destacam ainda que a ausência de um acompanhamento pedagógico faz a diferença. Nesse sentido, os professores se sentem responsáveis em boa parte pelo aprendizado do aluno surdo, mas revelam angústia e frustração por conta de não dominarem a Língua Brasileira de Sinais.

E com isso percebe-se que há um fator grave em relação ao ensino/aprendizagem. Embora tenha sido um tema debatido com frequência na história da educação, lamentável o fato de que na maioria das atividades escolares, muitos alunos surdos não participam. Pois, “Transformar a escola significa, criar condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente”. Focando no processo de construção do ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos

Continuando a entrevista foi feita uma segunda pergunta direcionada aos professores que versava sobre se a dinâmica trabalhada é diferenciada em sala de aula com seu aluno surdo? Os professores frisaram que:

Professor A: Na maioria das vezes são trabalhadas as mesmas atividades para ambos os alunos (surdo/ouvintes).

Professor B: Dificilmente é direcionado dinâmicas especificadas ao aluno surdo.

Professor C: Quando se trabalha geralmente são a mesma para (surdo/ouvintes).

Professor D: É muito difícil trabalhar com alunos surdos quando não temos formação em libras;

Professor E: as vezes tento trabalhar uma metodologia diferente, mas como não temos formação em libras, não sabemos desenvolver um trabalho de qualidade.

De acordo com os entrevistados, as suas aplicações das aulas não passam necessariamente por mudanças, e ainda passam as mesmas informações, pois é difícil para o professor ter que focar em um ou dois alunos em específico quando ele tem um número maior de alunos para dividir suas atenções.

Contudo, há uma consciência crítica em relação à própria metodologia, pois exerce sua função com maioria de alunos ouvintes, deixando de lado muitas vezes de atender o aluno surdo. É lamentável deparar com uma realidade de inclusão de surdos dessa natureza, visto que a inclusão vai muito além do conhecimento de Libras. [...] “se o olhar transporta para a imagem daquilo que é olhado um pouco da pessoa que olha, se o olhar transporta para imagem a relação entre o que vê, e o que é visto, de dois que vê é relacionar-se”.

A ainda dando prosseguimento a entrevista foi realizada a terceira pergunta, que foi: há algum profissional intérprete em sua sala de aula?

Professor A: Não; pois só há um profissional que sabe algumas coisas da língua de sinais.

Professor B: Não, temos apenas um profissional na escola que sabe alguns sinais.

Professor C: Não, na escola temos apenas um profissional que acompanha o aluno surdo e que tem um curso básico de libras, mas que sabe muito pouco da língua de sinais.

Professor D: Não temos.

Professor E: Temos apenas o diretor da escola que sabe alguns sinais e uma cuidadora que também sabe poucos sinais.

Considerando as respostas dos entrevistados todos responderam de forma negativa ao questionamento, pois a escola não possui um profissional que sabe Libras. Evidentemente, a disponibilidade de um intérprete de Libras é de extrema necessidade na educação do aluno surdo, já que se trata de um profissional regulamentado pela lei 10.436 de 24 de abril de 2002, para que a comunicação possa fluir de forma satisfatória entre esse aluno surdo, professor e aluno ouvinte.

Nesse sentido o professor que distribui sua atenção com as turmas e às vezes tenta transmitir um determinado conhecimento para o aluno surdo, mas como esse profissional da educação fará isso se não tem qualificação em educação especial? Como ajudará as bases do conhecimento do aluno surdo se a instituição tem somente um profissional voltado para esses alunos? O ponto relevante nesse sentido é que os professores precisam se qualificar e não depende somente do profissional e sim de políticas públicas, além de uma gestão participativa e ofertas desses conhecimentos para os professores.

Ainda continuando a entrevista foi realizada a pergunta de número quatro: a inclusão de aluno surdo na classe de aluno ouvinte tem sido bem sucedida? As respostas foram unânimes:

Professor A: Sim, pois mesmo com a falta de um interprete esses acabam fazendo com que a evolução desses alunos seja boa.

Professor B: Sim, mesmo com a falta de um acompanhamento de profissionais qualificados na área.

Professor C: Sim, mesmo com a falta de um intérprete esses conseguem interpretar alguns sinais por parte da interação.

Professor D: Sim. Pois mesmo assim os alunos conseguem desenvolver;

Professor E: eles desenvolvem o aprendizado com dificuldade mas precisamos aprimorar mais.

Boa parte dos professores necessita de uma formação pedagógica específica que lhe permitam atuar com mais propriedade, facilitando a mediação do processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

No entanto, os professores acabam sendo contraditórios quando alegam a dificuldade de lidar com algo inteiramente novo e citam como fator relevante, o uso de uma linguagem de difícil comunicação. E isso evidencia a necessidade de aprofundar seus conhecimentos, de forma que lhe de suporte para um trabalho efetivo com alunos surdos.

Mesmo reconhecendo que a educação inclusiva é uma estratégia que define a educação como um direito humano básico e fundamental ainda necessita de um trabalho de gestão pedagógica que contemple práticas inclusivas na escola. Sendo, principalmente, a base para uma sociedade mais justa e solidária com o próximo, sabendo-se, no entanto, que a

inclusão não acontece da noite para o dia, pois é uma conquista que exige muito estudo, trabalho e dedicação de todos os envolvidos no processo: aluno surdo e ouvinte, família, professores, e todos os demais elementos da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada referente à inclusão dos alunos surdos no ensino regular permitiu analisar, de modo qualitativo, que este processo se encontra em fase de implementação no Município de Itaituba/PA. Pois com os resultados das entrevistas, evidenciam que os professores do ensino regular, em sua maioria, não possuem formação adequada para receber e trabalhar com os alunos surdos.

Mesmo sabendo que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que inclusão do aluno surdo, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. Deste modo, a pesquisa nos possibilitou compreender que a inclusão de alunos surdos requer mudanças na prática educativa, preparo de profissionais que venham a trabalhar com esses alunos em prol de atender a todas as pessoas e respeitando as suas diferenças.

Portanto, a inclusão do aluno surdo no Ensino Fundamental nas salas de aula do ensino regular tem ocorrido efetivamente e de forma a desenvolver suas capacidades cognitivas, ainda que haja falhas, como a falta do profissional intérprete de LIBRAS ou de professores com capacitação em Educação Inclusiva. Nesse sentido, a pesquisa apontou que os professores de várias áreas reconhecem que se a educação não abrir espaço para a inclusão escolar muitos alunos com necessidades especiais, dentre os quais os surdos serão excluídos do processo educacional, porém, matricular os alunos surdos e mantê-los na sala de aula comum por si só não garante a inclusão, mais sim as atitudes positivas das instituições na pessoa dos gestores, bem como a promoção de políticas públicas voltadas para a temática inclusiva.

Nesse sentido, a proposta da escola deve ser pautada por meio do bilinguismo que se estabelece em forma de conexões entre duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte, no caso, a língua portuguesa. Dessa forma uma escola inclusiva necessita ter contato permanente entre o professor do Ensino Regular e o do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para discussão sobre ações que contribuirão para o desenvolvimento pleno do aluno surdo, pois seguindo esses passos teremos uma escola mais equilibrada e inclusiva para processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Da educação**. Publicado em 20 de dezembro de 1996

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acessado no dia 15 de fevereiro de 2019.

BISBO, Franceline Alves. **Educação especial: a inclusão de surdos na sala de educação infantil**. Publicado no dia 16/09/2016. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/educacao-especial-a-inclusao-de-surdos-na-sala-de-educacao-infantil/145636> Acessado em: 05 de maio de 2019.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DESSEN, Maria Auxiliadora, BRITO, Angela Maria Waked de. **Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil**. Ribeirão Preto-SP, Pardéia FFCLRP_USP, agosto de 1997.

LOPES, Guilherme, SILVA, Josy Kamenach, BORGES, Leandro, WILSON, Pedro, JUNIOR, Sandro Martins. **A inclusão do aluno surdo no âmbito escolar**. Publicado em novembro de 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd186/a-inclusao-do-aluno-surdo-no-ambito-escolar.htm>. Acessado em: 29 de novembro de 2019.

LIMA, DMCA, **Educação infantil: saberes e praticas da inclusão- dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. Natal-RN2006.

LIBEERATO, Charles. **Classificação da surdez**. Publicado 09/04/2010. Disponível em: <http://charles-libras.blogspot.com.br/2010/04/classificacao-da-surdez.html>. Acessado em: 07 de maio de 2019.

FRANCO, M. Currículo& emancipação. In SKLIAR. C.(org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FÉLIX, Ademilde. **O papel da interação no processo de ensino aprendizagem de português para alunos surdos em uma escola inclusiva**. Editora Meditação- SP, 2009.

GORSKI, Edair, FREITAG, Raquel Meister Ko. **Ensino de língua materno**. Editora da UFSC, Florianópolis: 2010.

GUARINELLO, Ana Cristina, BERBERIAN, Ana Paula, SANTANA, Ana Paula, MASSI, Gisele, PAULA, Mabel de. **A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do estado do Paraná**. Rev. bras. educ. espec. vol.12 no.3 Marília Sept. dezembro de 2006.

SANTOS, Fernanda Maria Almeida dos. **Marcas da libras e indícios de uma interlíngua na escrita de surdos em língua portuguesa**. 2009.

<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10970> Acessado no dia 15 de março de 2019.

SILUK, Ana Claudia Pavão. **Atendimento educacional especializado**: contribuições para a prática pedagógica / organizadora Ana Claudia Pavão Siluk. – 1. Ed. – Santa Maria: UFSM, Centro de Educação, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2012.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Publicado 2009. Londrina PR. <https://www.fvj.br/uploads/midia/2016/11/lingua-de-sinais-para-os-sujeitos-surdos-reflexoes-sobre-a-educacao-inclusiva-e-a-construcao-da-sua-identidade-cultural.pdf> . acessado no dia 20 de março de 2019.

STROBEL, Karin. **História da Educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS, modalidade a distância. Florianópolis, 2009. Disponível em <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019.

PADILHA, A. M, L. **Como as crianças aprendem a se tornar leitoras a produtoras de textos?** Mimeo-RJ 2006.

APENDICE

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

PROFESSOR A

Pergunta 01:

Você é favor do modelo atual de inclusão?

Sim, porém um grande desafio,
visto que não tenho formação na
área

Pergunta 02:

Sua dinâmica trabalhada é diferenciada em sala de aula com seu aluno surdo?

Na maioria das vezes são traba-
lhadas as mesmas atividades
para ambos os alunos (surdos/
ouvintes)

Pergunta 03:

Há algum profissional intérprete em sua sala de aula?

Não; pois só há um profissional
que sabe algumas coisas de
língua de sinais

Pergunta 04:

A inclusão de aluno surdo na classe de aluno ouvinte tem sido bem sucedida?

Sim, pois mesmo com a falta
de um intérprete acabamos fazendo
com que a evolução desse aluno seja
boa.

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

PROFESSOR B

Pergunta 01:

Você é favor do modelo atual de inclusão?

É desafiador trabalhar com estes alunos
sem quem tenha domínio da língua
brasileira de sinais.

Pergunta 02:

Sua dinâmica trabalhada é diferenciada em sala de aula com seu aluno surdo?

É difícil, dificilmente é direcionada dina
mica explicada ao aluno surdo.

Pergunta 03:

Há algum profissional intérprete em sua sala de aula?

Não, temos apenas um profissional na
escola que sabe os sinais.

Pergunta 04:

A inclusão de aluno surdo na classe de aluno ouvinte tem sido bem sucedida?

Sim, pois mesmo com a falta de um
acompanhamento de profissionais qualifi-
cados na área.

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES
PROFESSOR C

Pergunta 01:

Você é favor do modelo atual de inclusão?

NÃO, POR NÃO ME ENCONTRAR EM UMA SITUAÇÃO
BASTANTE DESAFIADORA.

Pergunta 02:

Sua dinâmica trabalhada é diferenciada em sala de aula com seu aluno surdo?

QUANDO SE TRABALHA GERALMENTE SÃO A MESMA
PARA (SURDO/OUVINTES)

Pergunta 03:

Há algum profissional intérprete em sua sala de aula?

NÃO, NA ESCOLA TEMOS APENAS UM PROFISSIONAL
QUE ACOMPANHA O ALUNO SURDO E QUE TEM CURSO
BÁSICO DE LIBRAS, MAS QUE SABE MUITO POUCO
DA LINGUA DE SINAIS.

Pergunta 04:

A inclusão de aluno surdo na classe de aluno ouvinte tem sido bem sucedida?

SIM, MESMO COM A FALTA DE UM INTERPRETE
OS ALUNOS CONSEGUEM INTERPRETAR ALGUNS SINAIS
POR PARTE DA INTERAÇÃO.

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES
PROFESSOR E

Pergunta 01:

Você é favor do modelo atual de inclusão?

Não concordo, pois ainda necessitamos de políticas públicas de inclusão.

Pergunta 02:

Sua dinâmica trabalhada é diferenciada em sala de aula com seu aluno surdo?

As vezes tento trabalhar uma metodologia diferente, mas como não temos formação em libras, não sabemos desenvolver um trabalho de qualidade.

Pergunta 03:

Há algum profissional intérprete em sua sala de aula?

Temos apenas o diretor da escola que sabe alguns sinais e uma cuidadora que também sabe poucos sinais.

Pergunta 04:

A inclusão de aluno surdo na classe de aluno ouvinte tem sido bem sucedida?

Eles desenvolvem o aprendizado com dificuldade mas precisamos aprimorar mais.

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES
PROFESSOR D

Pergunta 01:

Você é favor do modelo atual de inclusão?

É DESAFIADOR, MAS AINDA PRECISA MELHORAR MUITO.

Pergunta 02:

Sua dinâmica trabalhada é diferenciada em sala de aula com seu aluno surdo?

É MUITO DIFÍCIL TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS QUANDO NÃO TEMOS FORMAÇÃO EM LIBRAS.

Pergunta 03:

Há algum profissional intérprete em sua sala de aula?

NÃO TEMOS

Pergunta 04:

A inclusão de aluno surdo na classe de aluno ouvinte tem sido bem sucedida?

SIM. POIS MESMO ASSIM OS ALUNOS CONSEGUEM DESENVOLVER.